

ACÓRDÃO Nº 07185/2025 - Segunda Câmara

Processo :04216/25
Interessado :Consortio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios
Assunto :Contas de Gestão
Período :2024
Responsável :André de Sousa Chaves
CPF :817.319.221-91
Procurador :Henrique Pandim Barbosa Machado
Relator :Humberto Aidar

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL TRÊS
RIOS. CONTAS DE GESTÃO. EXERCÍCIO
2024. CONTAS REGULARES.
RECOMENDAÇÃO. VOTO
CONVERGENTE.

Trata-se das contas de gestão do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios, relativas ao exercício de 2024, de responsabilidade de André de Sousa Chaves, prefeito do município de Buriti Alegre e gestor do referido consórcio.

Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, pelos membros integrantes da Segunda Câmara, acolhendo as razões expostas no voto do relator, em:

1. julgar regulares as contas de gestão de responsabilidade André de Sousa Chaves, gestor do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios, no exercício de 2024;

2. recomendar ao atual presidente do consórcio, que:

a) observe a Lei nº 4.320/64 e outras normas legais aplicáveis, notadamente aquelas emanadas por este Tribunal (Instrução Normativa nº 7/2017), sob pena de desaprovação das contas subsequentes, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Destaca-se que os documentos e as informações foram analisados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida e, ainda, que as conclusões registradas nos presentes autos não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, auditorias e denúncias.

À Secretaria do Plenário para os fins.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS,
4 de Dezembro de 2025.

Presidente: Valcenôr Braz de Queiroz

Relator em substituição: Laecio Guedes do Amaral.

Presentes os conselheiros: Cons. Fabrício Macedo Motta, Cons. Valcenôr Braz de Queiroz, Cons. Sub. Flavio Monteiro de Andrada Luna, Cons. Sub. Laecio Guedes do Amaral e o representante do Ministério Público de Contas, Procurador Regis Gonçalves Leite.

Votação:

Votaram(ou) com o Cons. Sub. Laecio Guedes do Amaral: Cons. Fabrício Macedo Motta, Cons. Valcenôr Braz de Queiroz.

Voto nº 1195/2025 - GABHA

Processo :04216/25
Interessado :Consortio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios
Assunto :Contas de Gestão
Período :2024
Responsável :André de Sousa Chaves
CPF :817.319.221-91
Procurador :Henrique Pandim Barbosa Machado
Relator :Humberto Aidar

1. Relatório

Trata-se das contas de gestão do Consortio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios, relativas ao exercício de 2024, de responsabilidade de André de Sousa Chaves, prefeito do município de Buriti Alegre e gestor do referido consórcio.

O Consortio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios (CM3R) é constituído pelos municípios associados de Bom Jesus, Buriti Alegre, Castelândia, Cromínia, Edéia, Edealina, Joviânia, Morrinhos, Mairipotaba, Panamá, Porteirão, Pontalina, Professor Jamil e Vicentinópolis, tendo como principal atividade o manejo adequado e destino do lixo produzido pelos municípios consorciados.

1.1 Da análise e manifestação da Secretaria de Controle Externo de Contas

A Secretaria de Controle Externo de Contas, competente para a análise das presentes contas, nos termos do art. 112, I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, examinou as contas de gestão com base nas disposições constitucionais pertinentes e na Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, observadas as normas de direito financeiro estabelecidas na Lei nº 4.320/1964 e nos normativos da Secretaria do

Tesouro Nacional, as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal instituídas na Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e atos normativos editados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás no exercício da sua competência normativa e regulamentar.

Diante do contexto da análise levada a efeito (observados os critérios de relevância e materialidade e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade), após análise inicial, a Secretaria de Controle Externo de Contas promoveu abertura de vista ao responsável, no Despacho nº 1708/2025, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Decorrido o prazo regimental, foram juntados documentos via Ticket (Demanda nº187706).

A manifestação conclusiva da Secretaria de Controle Externo de Contas foi consignada no Certificado nº 1540/2025, como segue:

RELATÓRIO

A seguir, evidencia-se o resultado da análise:

1. Contas de Gestão do exercício de 2024, protocolizadas em 28/03/2025, dentro do prazo definido no art. 2º da IN TCMGO nº 007/2017.
2. Disponibilidade de caixa em 31 de dezembro, no montante de R\$97.340,07, informada e contabilizada no Balanço Financeiro, comprovada por meio de extratos e conciliações bancárias.
3. Divergência entre as transferências financeiras contabilizadas pelos entes consorciados (pesquisa de empenhos/pagamentos - SICOM/TCMGO) e as receitas contabilizadas pelo Consórcio, conforme evidenciado abaixo: (...)

Dessa forma, sugere-se ao gestor que busque junto aos municípios que apresentaram divergências na contabilização, a documentação referente aos repasses realizados como: notas de empenho, liquidações, ordens de pagamento e comprovantes bancários para fins de comprovação e esclarecimentos.

Justificativa: alega que nas diferenças dos municípios de Joviânia e Pontalina a efetivação do crédito ocorreu em 02/01/2024, sendo referente à última parcela dos empenhos relativos ao exercício de 2023.

Quanto ao município de Itumbiara, informa que a diferença se deve ao repasse de rateio nº025/2023 no qual as últimas parcelas, no valor de R\$2.400,00 cada, foram quitadas somente em 2024, conforme OFs do município anexadas. Relativo ao município de Porteirão, informa que houve falha de digitação na planilha anteriormente apresentada. Segue nova planilha com o valor corretamente recebido.

Análise do mérito: A alegação é procedente conforme evidenciado nos relatórios de recebimento do Banco do Brasil, extratos bancários e nova planilha de demonstrativos de valores recebidos dos municípios consorciados. Após os esclarecimentos dos municípios juntamente com as

respectivas documentações anexadas aos autos, realizou-se nova análise conforme demonstrado abaixo:

Municípios	Transferências Intermunicipais realizadas (SICOM/TCMGO)	Transferências Intermunicipais recebidas (Planilha de Recursos Recebidos)	Diferença
BOM JESUS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BURITI ALEGRE	R\$ 17.714,26	R\$ 17.714,26	R\$ -
EDEIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
JOVIÂNIA	R\$ -		R\$ -
MORRINHOS	R\$ 23.618,95	R\$ 23.618,95	R\$ -
PANAMÁ	R\$ 17.714,26	R\$ 17.714,26	R\$ -
PORTEIRÃO	R\$ 17.714,30	R\$ 17.714,30	R\$ -
PROFESSOR JAMIL	R\$ 17.714,26	R\$ 17.714,26	R\$ -
EDEALINA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CACHOEIRA DOURADA	R\$ 17.714,26	R\$ 17.714,26	R\$ -
MAURILÂNDIA	R\$ 17.714,26	R\$ 17.714,26	R\$ -
PONTALINA	R\$ 23.618,95	R\$ 23.618,95	R\$ -
ITUMBIARA	R\$ 23.618,88	R\$ 23.618,88	R\$ -
VICENTINÓPOLIS	R\$ 17.714,26	R\$ 17.714,26	R\$ -
TOTAL	R\$ 194.856,64	R\$ 194.856,64	R\$ -

Portanto, as transferências financeiras realizadas pelos entes consorciados foram devidamente contabilizadas na receita do Consórcio. Falha sanada.

4. A ata da Assembleia Geral apresentada não aponta falhas relevantes e aprova as contas do exercício de 2024.

CONCLUSÃO

A Secretaria de Controle Externo de Contas, no uso de suas atribuições legais, sugere:

Julgar **REGULARES** as Contas de Gestão do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL TRÊS RIOS – CM3R**, relativas ao exercício de 2024, de responsabilidade de **ANDRÉ DE SOUSA CHAVES**.

RECOMENDAR ao atual presidente do consórcio, que:

(a) observe a Lei nº 4.320/64 e outras normas legais aplicáveis, notadamente aquelas emanadas por este Tribunal (IN 07/2017), sob pena de desaprovação das contas subsequentes, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

1.2 Da manifestação do Ministério Público de Contas

O Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás emitiu o Parecer nº 7482/2025, no qual se manifestou em convergência com o entendimento da Secretaria de Controle Externo de Contas, pela regularidade das presentes contas, com as recomendações.

É o relatório.

2. Fundamentação

Analizando os autos, esta relatoria acompanha o posicionamento e a fundamentação da Secretaria de Controle Externo de Contas, nos termos expostos no Certificado nº 1540/2025, no mérito, no sentido de julgar regulares as contas de gestão do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios, relativas ao exercício de 2024, de responsabilidade de André de Sousa Chaves, prefeito do município de Buriti Alegre e gestor do referido consórcio.

3. Dispositivo (proposta de decisão)

Do exposto, esta relatoria apresenta voto em convergência com o posicionamento da Secretaria de Controle Externo de Contas e do Ministério Público de Contas, manifestando-se pela emissão de acórdão nos termos a seguir:

3.1 Acórdão

1. julgar regulares as contas de gestão de responsabilidade André de Sousa Chaves, gestor do Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Três Rios, no exercício de 2024;

2. recomendar ao atual presidente do consórcio, que:

a) observe a Lei nº 4.320/64 e outras normas legais aplicáveis, notadamente aquelas emanadas por este Tribunal (Instrução Normativa nº 7/2017), sob pena de desaprovação das contas subsequentes, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Destaca-se que os documentos e as informações foram analisados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida e, ainda, que as conclusões

registradas nos presentes autos não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, auditorias e denúncias.

É o voto.

Nos termos do art. 88, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, esta relatoria propõe à Segunda Câmara que adote a minuta de acórdão que submete à sua deliberação.

À **Secretaria do Plenário** para as providências devidas.

Gabinete do Conselheiro Relator, Goiânia, 19 de novembro de 2025.

Humberto Aidar
Conselheiro Relator